

SOBRE A SERVIDÃO: UMA ANÁLISE DOS AFETOS HUMANOS E A UTILIDADE RECÍPROCA

BRENA KÁTIA XAVIER DA SILVA *

Neste artigo, a busca reside na compreensão da constituição das relações humanas a partir da questão nuclear da servidão, interpretada através da lente da utilidade recíproca e da dinâmica dos afetos. Com esse objetivo, efetua-se uma análise da *Ética* de Spinoza, com foco particular nas partes Terceira e Quarta da obra. Na Terceira parte, destaca-se tanto a relevância dos afetos e paixões na experiência humana quanto a ineficácia, e até o prejuízo, de qualquer tentativa de suprimi-los. Essa perspectiva torna-se crucial para entender a maneira como os afetos modelam a vida dos indivíduos. Na Quarta parte, investiga-se a desconstrução realizada por Spinoza dos conceitos convencionais de bem e mal, que abre caminho para a noção de utilidade recíproca e desafia a exigência de um contrato social, ao passo que revela como as interações sociais dos homens delineiam a forma como cada encontro os influencia.

Nesse cenário, surgem a necessidade, a função e a segurança como aspectos primordiais que intensificam tanto o medo quanto a esperança em cada ser humano, consolidando o vínculo entre aqueles que perseguem a melhor maneira de sobrevivência e perseverança. Observa-se, assim, a formação de agrupamentos, a edificação de comunidades e a seleção de líderes. A noção de segurança é erguida, e as comodidades são paulatinamente integradas à vida comunitária. Contudo, esse mundo aparentemente benéfico é permeado por uma realidade inevitável e sem justificativa clara, um mundo saturado de doenças, fome, guerras e infortúnios inumeráveis que podem modificar irrevogavelmente a existência humana.

A figura de um líder civil, seja um rei ou um governante sob qualquer título, revela-se insuficiente para atenuar ou dominar as oscila-

ções do destino. Desponta, então, a necessidade de algo superior, mais firme e civilizado do que um mero ser humano, algo mais potente do que a própria natureza, onisciente e onipresente, enfim, um deus.

Com o entendimento da concepção de servidão apresentada no primeiro capítulo como ponto de partida, o presente estudo propõe-se a aprofundar a relação inerente entre a “necessidade” dos seres humanos pela figura de um líder e o complexo fenômeno da servidão. Essa investigação promete arremessar uma nova luz sobre os mecanismos subjacentes que dirigem as interações humanas e a constituição das nossas sociedades. Pode, assim, prover perspectivas valiosas para uma compreensão mais rica da condição humana.

1 UTILIDADE RECÍPROCA: UMA RELEITURA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM COLETIVIDADE

O desenvolvimento humano em coletividade é profundamente enraizado no conceito de utilidade recíproca. A premissa central desta concepção reside na ideia de que nada é mais útil ao homem do que outro homem. Assim, a união para uma vida em coletividade emerge não como uma construção artificial que levaria os indivíduos a renunciarem a si mesmos em nome de uma suposta harmonia, fundamentada na obediência irrestrita, mas sim como um movimento natural de conscientização dos seres humanos. Esta perspectiva nos leva a rejeitar a noção de que os homens possam abrir mão completamente do seu direito natural, dependendo unicamente da capacidade do seu “senhor” em garantir sua existência. Tal abdicação não é apenas indesejada; ela é literalmente impossível. Não obstante, isso não impede que muitos acreditem fervorosamente na possibilidade de tal submissão, ou mesmo na existência de um “contrato” entre servos e senhor que os prenda a um regime de servidão, ligando-os a promessas de segurança e bem-estar.

* Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Ao presumir um contrato que os retire do estado de natureza, os indivíduos estabelecem dois pontos fundamentais: a “existência” de dois estados no processo formativo humano e a percepção das sociedades como algo artificial, ao invés de um resultado natural do desenvolvimento humano ao longo da história. Segundo esse entendimento, a humanidade teria transitado de um estado sem leis, caracterizado pela insegurança e medo, para um estado civil, onde a segurança é assegurada pela lei e ratificada pelo contrato. No estado de natureza, a força determina a posse, levando a um constante estado de tensão e conflito. No estado civil, a lei prevalece, e com um líder e uma constituição, os homens constroem suas cidades, transferindo o controle de suas vidas e a responsabilidade de suas ações ao Estado.

Contudo, é imperativo reconhecer que o contrato é, na verdade, irrelevante e pode ser desfeito a qualquer momento. Os homens não transferem seu direito natural ou parte de sua essência a um soberano através de um conjunto artificial de leis positivas. Ao contrário, eles se unem em famílias, tribos, vilas e cidades por um instinto gregário, motivados por algo tão natural quanto a percepção das possibilidades de sobrevivência que o existir coletivo pode oferecer. Portanto, a utilidade recíproca é o motor essencial da coesão social, e a concepção do contrato e da submissão total são ilusões que não resistem a uma análise mais profunda e alinhada com a natureza humana. É a interação natural, e não um conjunto de acordos artificiais, que guia o desenvolvimento humano em coletividade, destacando a importância fundamental do outro na constituição da experiência humana.

2 DIFERENCIAÇÃO DA UNIÃO: ANÁLISE DA FORÇA E CONSENSO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A natureza da união entre indivíduos pode ser diferenciada por sua causa originária. Em contraste com uma união forjada através da imposição de um indivíduo que busca demonstrar a superioridade do caminho que escolheu, a união genuína surge de um acordo mútuo entre indivíduos, fundamentada nas semelhanças existentes entre eles (E4P31Col). A propósito, essa união não visa a criação de uma massa amorfa que se mova de acordo com uma vontade imposta externamente. Ao invés disso, ela se constitui como uma unidade composta por in-

divíduos independentes que colaboram em prol de um objetivo comum, como a sobrevivência.

No contexto da natureza, é evidente que a potência do indivíduo sempre será limitada. Contudo, quando unidos, os indivíduos amplificam seu esforço para perseverar na existência (*conatus*). Isso não significa que possam superar a natureza, mas sim que o esforço conjunto fortalece sua capacidade de existir. A razão, aqui, atua como guia, determinando a ação conforme as leis da natureza e permitindo o desenvolvimento do conhecimento adequado.

O homem que age segundo a razão busca o que lhe é útil, conduzindo-o à vida em comunidade. Entretanto, o agir humano nem sempre é pautado pela razão. Muitas vezes, os homens sucumbem a afetos tristes, como a humildade e o rebaixamento, o que pode resultar em hostilidade e inveja. Nesse contexto, não se trata necessariamente de uma relação senhor-servo, mas de uma autoavaliação distorcida, onde o indivíduo se vê inferior aos outros (E3AD26, E3AD29Ex).

A humildade, embora possa ter um cunho negativo, também tem o potencial de conduzir à reflexão e ao crescimento pessoal. No entanto, nem todos são capazes de transformar a humildade em um exercício de autoavaliação, nem refrear seus afetos.

A preocupação com a condenação do corpo e o engrandecimento da razão, principalmente no contexto religioso, pode ser entendida como uma busca pela salvação. A questão surge: como a razão se encaixaria nessa busca, especialmente quando ela pode desmistificar dogmas e crenças? É importante lembrar que os homens nascem ignorantes das causas das coisas (E1A) e que muitos conceitos são obscurecidos por definições incontestáveis, tornando-se parte dos sistemas de crenças.

Em suma, não é a razão, mas as imagens criadas pela imaginação que adquirem realidade na mente humana e se solidificam em certezas. Assim, os homens são privados de conhecimento por ideias mutiladas e confusas - ideias inadequadas (E2P35S). A complexidade crescente dessas ideias e o desinteresse progressivo pelo seu exame podem levar a uma certeza infundada, onde o erro reside em qualquer questionamento, e nunca na verdade repetida. Tal condição sublinha a importância de uma análise

se cuidadosa e ponderada da natureza da união e da função da razão, que permita uma compreensão mais profunda da condição humana e de sua capacidade de agir e compreender.

É essencial enfatizar que a vontade dos homens não é dirigida por alguma “mão invisível” que opere de forma absoluta e arbitrária, mas, pelo contrário, ela é guiada por um conjunto de determinações naturais que induzem os indivíduos a agirem. Essa perspectiva encontra respaldo na proposição filosófica de que “as coisas particulares nada mais são que afecções dos atributos de Deus, ou seja, modos pelos quais os atributos de Deus exprimem-se de uma maneira definida e determinada” (E1D25C). Dessa forma, os homens, enquanto parte integrante da natureza, operam de acordo com as suas leis inerentes.

Neste contexto, a existência e a operação de uma coisa singular são determinadas por outra coisa singular, inseridas em uma sequência infinita de causalidade. Tal compreensão reflete a limitação do conhecimento humano em relação à duração de cada coisa, reforçando a natureza intrincada da realidade. A ação humana, portanto, não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser vista como parte de uma cadeia complexa e interconectada de eventos que obedecem às leis fundamentais da Natureza.

3 SOBRE A RELAÇÃO DOS HOMENS COM A SUA CRIAÇÃO

No apêndice da Primeira Parte da *Ética*, Spinoza propõe-se a examinar os preconceitos que poderiam obstar o entendimento de suas demonstrações, enfatizando que todos eles derivam de um único preconceito, o finalístico. Isso se deve à tendência humana de pressupor que todas as coisas naturais atuam em função de um fim específico, “chegando até mesmo a dar como assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas tendo em vista algum fim preciso, pois dizem que Deus fez todas as coisas em função do homem, e fez o homem, por sua vez, para que este lhe prestasse culto” (E1A). Esta visão configura um Deus carente que age em função de seu desejo de adoração.

Nessa concepção, já que tudo possui um fim, os homens orientam seu agir “em função da coisa útil que apetece” (E1A), fazendo da utilidade o objetivo de suas ações. Assim, interessam-se somente pelo resultado de um processo casuístico, negligenciando o conhecimento das

determinações causais que deram origem a esse resultado, conhecendo apenas o efeito. Esta ignorância acerca das causas torna-os presas fáceis para aqueles que sabem manipular o medo e a esperança para consolidar o poder soberano, tema que será desenvolvido posteriormente.

No apêndice, Spinoza continua apontando que, com sua atenção focada no útil, os homens se empenham em descobrir em si mesmos e nas coisas os meios para alcançar aquilo que lhes é útil. Por reconhecerem a possibilidade de encontrar tais meios, consideram que as coisas não possuem valor intrínseco, existindo apenas em função de seus fins. Assim, convencem-se da existência de um ser transcendente que orquestra a existência para que possam dispor de tudo conforme sua vontade.

Quando um homem julga os demais a partir de sua própria reflexão e comportamento, nada lhe parece mais lógico do que delinear o agir divino segundo o agir humano, atribuindo-lhe os mesmos desejos e temperamento inconstante que observa em si mesmo. Desta forma, a divindade protetora é representada como uma imagem fragmentada, cujas partes são aspectos do caráter humano, agora transferidos para o seu Deus. Essa representação leva à necessidade de culto e agrado constantes. Se os homens julgam ter uma dívida com os deuses, essa dívida será paga conforme a exigência divina, seja em sangue, incenso, óleo ou servidão, mediada pelos sacerdotes e sacerdotisas da “Cidade”. A adoração deve ser pública e constante, seguindo rigorosamente as normas do culto, como garantia contra possíveis ofensas e como meio de assegurar bênçãos e punições justas. A incompreensão dos desígnios divinos impõe aos homens a necessidade de adorar e louvar os deuses para conquistar sua graça. Como Spinoza observa, “Foi-lhes mais fácil, com efeito, colocar essas ocorrências na conta das coisas que desconheciam e cuja utilidade ignoravam, continuando, assim, em seu estado presente e inato de ignorância, do que destruir toda essa sua fabricação e pensar em algo novo” (E1A).

A permanência em um estado de ignorância e dependência é mais cômoda do que buscar novas perspectivas ou questionar o que está sendo constantemente repetido. Como possibilidade de conscientização acerca desses preconceitos, Spinoza destaca a importância da ma-

temática, que, ao ocupar-se “das essências das figuras e de suas propriedades”, mostra “aos homens outra norma de verdade” (E1A). Isso pode ser visto na contemporaneidade em campos como psicologia, sociologia e economia, que optam por hipóteses testáveis em vez da descrição narrativa do mundo em seus estudos.

Assim, a união do desconhecimento das causas com a obsessão finalista limita ainda mais a percepção do agir de Deus e da natureza, vinculando-os a uma posição de dependência em relação à humanidade. Nesta relação, Deus oferece os meios pelos quais os homens podem existir, e estes retribuem com seu amor “incondicional”, manifestado por meio da veneração. Tal compreensão, além de inverter a ordem pela qual as coisas são produzidas, transforma em imperfeito tudo o que foi criado imediatamente por Deus, e em perfeito aquilo que necessita de diversas causas intermediárias para existir. Em outras palavras, as causas singulares - especificamente os seres humanos - são consideradas uma “criação” direta de Deus, enquanto as demais coisas teriam sido “criadas” em função dos homens. Portanto, como fim último da vontade divina, os homens seriam necessariamente perfeitos.

Esta visão, no entanto, entra em conflito com a proposição 16 da Primeira Parte da *Ética*: “da necessidade da natureza divina devem se seguir infinitas coisas, de infinitas maneiras (isto é, tudo o que pode ser abrangido sob um intelecto divino)” (E1P16). Quando o intelecto divino considera a definição de qualquer coisa, conclui necessariamente uma vasta quantidade de propriedades, proporcional à realidade que a essência da coisa envolve. Como a natureza divina consiste em atributos infinitos, “cada um dos quais também exprime uma essência infinita em seu gênero”, decorre da necessidade da natureza que infinitas coisas se sigam de infinitas maneiras (E1P16D).

Os entes singulares, nesse contexto, são apenas afecções dos atributos de Deus, e estão tão distantes da ordem necessária da produção divina que são finitos, determinados e possuem um conhecimento inadequado de si mesmos, de seu corpo, de sua mente e das coisas ao seu redor. Em outras palavras, a essência das coisas singulares não envolve a existência nem a duração, portanto são modos finitos, pois não decorrem necessariamente da natureza absoluta de Deus.

Esta compreensão subverte a noção comum da perfeição humana e da criação, realçando a complexidade do pensamento divino e da natureza, e desafiando os preconceitos que limitam a compreensão humana da ordem natural.

Spinoza destaca que, apesar da distinção estabelecida pelos teólogos entre “fim de falta” e “fim de assimilação”, a concepção popular de Deus é a de um ser cuja ação é restrita a um propósito, agindo invariavelmente em função deste. No entanto, segundo o filósofo, Deus é “um ente absolutamente infinito”, causa de si mesmo, que define a existência e ação de tudo o que há, atuando “exclusivamente pelas leis de sua natureza e sem ser coagido por ninguém” (E1P17). Essa representação de um Deus sedento de atenção, que pune ou abençoa os homens conforme sua vontade, não é mais que uma imagem forjada pelo engenho humano ao observar a si mesmo e suas relações interpessoais. Deus torna-se o espelho da humanidade, não porque os homens sejam feitos à sua imagem e semelhança, mas porque reflete a imagem que a humanidade faz de si mesma.

Dessa maneira, convencidos de que tudo ocorre em seu benefício, os homens moldam seu mundo, figurando-se como parte integrante e especial da ordem natural, a única criação capaz de subjugar sua animalidade e alcançar a liberdade, conforme a lógica da razão. Contudo, pela incompreensão da natureza das coisas, fantasiam sobre elas e estabelecem sua própria ordem causal, submetendo a ela a natureza. “Com efeito, quando as coisas estão dispostas de maneira tal que, quando nos são representadas pelos sentidos, podemos facilmente imaginá-las e, conseqüentemente, facilmente recordá-las, dizemos que estão bem ordenadas; se ocorrer o contrário, dizemos que estão mal ordenadas ou que são confusas” (E1A). Assim, classificam-nas como perfeitas ou imperfeitas conforme a adequação à ordem preestabelecida, julgando a natureza como errônea quando ela não apresenta o efeito esperado.

Nessa atividade de catalogação, o homem acredita na efetividade de um ordenamento natural, pois vê utilidade ao seu conhecimento, o que, em si, não é um erro. Ainda que influenciado pela imaginação, esse esforço de conhecer, na filosofia de Spinoza, não é uma forma menor de conhecimento, mas um dos três gêneros

— imaginação, razão e intuição — que operam simultaneamente na mente humana, sem hierarquia entre eles. Porém, quando os homens atribuem realidade aos objetos da imaginação, julgando-os mais agradáveis do que outras formas de conhecimento, comprometem seriamente sua capacidade de apreensão da realidade. “Vemos, pois, que todas as noções que o vulgo costuma utilizar para explicar a natureza não passam de modos do imaginar e não indicam a natureza das coisas, mas apenas a constituição de sua própria imaginação” (E1A).

O vulgo cria uma noção de liberdade baseada na observação de suas ações e desejos, acreditando que a vontade livre permite escolher entre coisas distintas aquela que satisfaz seu apetite. No entanto, ignoram as determinações que guiam suas ações, não considerando o esforço para conservar seu ser, seguindo as determinações de sua natureza. Buscam encontros que conservem ou aumentem sua potência de agir, fazendo com que as decisões sejam determinadas pela natureza, expressando a ordem causal de seus desejos e apetites (CHAUI, 1995). Portanto, seu objeto de desejo é tido como bom porque é desejado. Ao escolher, o homem sempre optará pelo mais útil, dentre o que é conveniente à sua natureza. Se em um encontro sua potência de agir é aumentada, maior será sua predisposição ao conhecimento, tornando-se mais alegre e potente. Assim, sua vontade é determinada a “escolher” sempre o melhor, reafirmando a visão de Spinoza sobre a causalidade e natureza do desejo humano.

4 Os HOMENS E A SERVIDÃO

Na *Ética*, de Spinoza, a imaginação é elencada como o primeiro dos três gêneros de conhecimento. É compreendida sob dois aspectos distintos, sendo definida como o “conhecimento originado da experiência errática” ou o conhecimento que surge “por ouvir dizer”. Por ser considerada uma forma de conhecimento inadequada, a imaginação concebe de maneira mutilada e confusa os outros corpos, principalmente quando estes se encontram relacionados com ideias ausentes na mente humana (LIMA, 2016). Alternativamente, a imaginação pode conceber ideias mediante uma variedade de associações de imagens derivadas das afecções sofridas pelo corpo humano, cujas causas são

muitas vezes desconhecidas ou erroneamente atribuídas a partir do “ouvir dizer”.

Através de aproximações e semelhanças, os seres humanos comparam imagens de experiências passadas, atribuindo significados e justificando situações que ultrapassam seu entendimento. Eles podem chegar a atribuir a causa dessas circunstâncias a uma vontade divina quando desistem de tentar encontrar uma explicação racional. Assim, a mente humana recorre à imaginação quando seu corpo é afetado, e, a partir dessa afecção, ela deduz a existência de um corpo exterior. Essa percepção leva à formulação de uma ideia, que é mais o resultado de uma análise comparativa do estado atual do corpo, em relação a um estado anterior, do que a definição de uma coisa por sua natureza própria.

O conhecimento das partes que compõem o corpo humano é complexo e multifacetado, referindo-se a Deus quando o corpo é afetado por numerosas outras ideias. Não existe uma relação exclusiva entre a ideia que constitui a mente humana e Deus. A mente não possui um conhecimento adequado do corpo, percebendo-o apenas na medida em que é afetada por causas externas (E3P12D). A tendência de constituir imagens baseadas nas relações entre os corpos leva a mente a conceber uma miríade de imagens, que gradualmente se sobrepõem e tornam-se cada vez mais difusas.

A incapacidade de distinguir as particularidades de cada coisa que afeta o corpo humano conduz a uma abstração de certas noções universais, que refletem a disposição do corpo humano. Conforme delineado no escólio dois da proposição 40 da Segunda Parte da *Ética*, os homens são influenciados por inúmeros corpos, e desses formam noções universais a partir das coisas singulares e dos signos. Contudo, na tentativa de explicar essas noções universais, podem falhar em expô-las corretamente, levando a uma compreensão errônea (E2P16C2).

Essa falha de comunicação pode, por sua vez, contribuir para a limitação da potência divina, já que os homens não possuem um conhecimento adequado de Deus e tentam inferir a partir da imaginação. O mesmo erro se manifesta quando deduzem juízos acerca das coisas singulares, criando um conceito que justifique Deus e a criação para si mesmos e para outros. É nesse ato de querer comunicar que o erro se

infiltra no conhecimento comum, sendo aceito como verdade. A falha de quem pensa ter conhecimento torna-se a má interpretação de quem ouve, e o dogma daqueles que repetem.

5 COROLÁRIO DA PROPOSIÇÃO 31 DA TERCEIRA PARTE DA ÉTICA DE SPINOZA: AMBIÇÃO E SERVIDÃO HUMANA

No corolário da proposição 31 da Terceira Parte da *Ética*, Spinoza afirma que “cada um se esforça, tanto quanto pode, para que todos amem o que ele próprio ama e odeiem também o que ele próprio odeia”. A seguir, no esolío, o filósofo acrescenta:

Esse esforço [*conatus*] por fazer com que todos aprovelem o que se ama ou se odeia é, na verdade, a ambição (veja-se o esc. da prop. 29). Vemos, assim, que, cada um, por natureza, deseja que os outros vivam de acordo com a inclinação que lhe é própria. Como é isso que todos desejam, constituindo-se, assim, em obstáculos recíprocos, e como todos querem ser louvados ou amados por todos, acabam todos por se odiar mutuamente. (E3P31S).

O citado texto revela que os homens, de maneira geral, buscam compartilhar uns com os outros as experiências que lhes trouxeram sensações de alegria e bem-estar, contribuindo para a potencialização do *conatus* individual, ou seja, do esforço para perseverar em seu ser. Da mesma forma, compartilham aquilo que os afetou negativamente, a fim de que outros possam evitar passar pelas mesmas experiências. É importante destacar que daquilo que é útil, tem-se o bem, enquanto daquilo que impede os homens de desfrutarem o bem, tem-se o mal. Comumente, a estas noções, a plebe tende a atribuir um valor moral, fundamentado em suas crenças em uma divindade transcendente. Assim, o bem está relacionado àquilo que facilita o culto e a adoração à divindade, e o mal refere-se ao que afasta os homens do caminho virtuoso.

Neste contexto, é relevante refletir sobre o desejo de cada indivíduo em fazer com que os outros vivam segundo suas próprias inclinações. Tal desejo remete à observação e à predileção pelo que é útil, e conduz ao anseio de governar. Este impulso revela-se no modo como o homem inicia e projeta o seu governo, optando entre uma forma virtuosa ou corrompida de exercer o poder. O texto também indica uma inter-relação complexa entre afetos humanos, onde o medo e a esperança atuam como ferramentas comple-

mentares, conduzindo a uma condição servil. A humanidade se condiciona a um estado de servidão, julgando-se protegida, mas este estado não é de segurança verdadeira, é o homem padecendo sob a influência da potência de outro.

Ao longo do TTP (*Tratado Teológico-Político*), Spinoza destaca três tipos de servidão, relacionados a sistemas de crenças, formação do Estado Civil, e uma junção dessas duas formas - a teocracia. Neste quadro, a união entre os homens é marcada pela humildade e rebaixamento, uma aceitação voluntária de sua servidão, enquanto aguardam o momento propício para assumir o poder.

A análise desta seção da obra de Spinoza nos conduz à compreensão profunda da ambição humana e do controle exercido por meio dos afetos. Os homens, impulsionados pelo desejo, medo, e esperança, podem exercer influência uns sobre os outros, configurando uma complexa rede de relações sociais. A servidão, neste contexto, é um reflexo da condição humana, marcada pela ambivalência entre a busca de poder e a submissão a ele, e pelas inúmeras formas como isso se manifesta na interação entre os indivíduos.

Marilena Chaui (2011) aborda um medo inerente a todos os seres humanos: o medo da morte e o desconhecimento absoluto que ela acarreta. Tal temor pode ser considerado o impulso primordial que alimenta o fervor religioso, tão característico da humanidade. A religião, portanto, transcende a simples aproximação entre Deus e humanidade, configurando-se também como a conexão entre o que o homem é nesta vida e o que ele preservará de si na próxima. Ela constitui a certeza da existência de uma vida futura pela qual ansiar, o escape do purgatório rumo ao paraíso, e a necessidade popular de algo que transcenda a natureza, uma força sobrenatural que opera pelo simples fato de existir, observando e aguardando a humanidade como um pai amoroso, pronto para aliviar qualquer angústia ou sofrimento proveniente da dúvida existencial.

Em função do medo da morte, os seres humanos criam subterfúgios para esse momento, até mesmo chegando a concebê-la não como o fim da existência, mas como um momento de libertação em que a alma se desprende do corpo e retorna à sua origem. Também pode ser vi-

sualizada como rito de passagem para uma vida gloriosa ou qualquer outra forma de pós-vida que a imaginação possa conceber. Deste modo, crer na existência de uma divindade pode ser o meio pelo qual algumas pessoas conseguem, não necessariamente eliminar, mas atenuar o medo da morte, abrigando a esperança de uma continuação da vida, numa forma quase fantástica de realidade a que se apegam por medo e esperança. Assim, constitui-se a primeira forma de servidão, na qual a humanidade ergue as paredes de sua própria prisão com o objetivo de retornar ao divino.

A segunda forma de servidão refere-se à constituição do Estado civil, associada à concepção popular do contrato. Representa a humanidade renunciando ao controle de si mesma, ao seu direito natural, em troca de ordem e segurança. Essa servidão política organiza-se de maneira análoga à religiosa, excluindo-se os ornamentos e aparatos religiosos; o resto permanece. É a mesma adoração, os mesmos medos e esperanças, agora direcionados ao líder civil. O imediatismo na obtenção de vantagens torna-se mais acentuado, assim como a intensidade das punições.

Esse processo de transferência de poder, que os homens acreditam existir, ocorre através do exercício da razão, permitindo-lhes construir um Estado em que o poder comum se centraliza em uma única pessoa ou em um pequeno grupo. Essa centralização visa evitar que o indivíduo prejudique os outros através do uso desregulado dos recursos naturais, o que levaria ao esgotamento dos mesmos e, conseqüentemente, a disputas. Desse modo, a insociabilidade decorrente da desconfiança impulsiona uma luta constante pelo poder, uma “guerra de todos contra todos”, onde a paz é mantida apenas pelo medo de novos conflitos.

A necessidade de segurança impulsiona os homens a agir com prudência, mas o estado natural desregulado torna isso inviável. Os homens, então, sentem a necessidade de uma força externa para direcionar suas ações e punir suas transgressões. Isso resulta na construção do Estado, o grande Leviatã, um produto do desejo humano que foge da ordem natural.

Entretanto, conforme Spinoza, o estado natural não deve ser valorado pelas leis positivas do estado civil, pois, nesse estado, nada

é considerado bom ou mau pelo consenso. No estado natural, cada indivíduo age segundo sua utilidade e inclinação, sem obrigações legais para com os outros. Neste estado, nada é de propriedade específica; tudo é de todos. Assim, no estado natural, não se pode falar em justo ou injusto, o que ressalta a complexidade da concepção humana sobre justiça, propriedade e moralidade no âmbito social e político.

O desconhecimento que os homens detêm acerca das causas, conjugado com as generalizações que elaboram das inclinações alheias a partir de suas próprias, conduz-os a conceber que todos partilham ou compartilharam de experiências análogas às suas e que, provavelmente, seguem o mesmo conjunto de valores, sem considerar as diferentes determinações a que estiveram sujeitos e a maneira como influenciaram nas disposições de seus corpos e na organização de suas mentes. Por ansiarem algo e julgá-lo bom, supõem que todos os outros têm o mesmo desejo pelo objeto e, para resguardá-lo, isolam-se com o propósito de evitar a perda deste, ante qualquer homem forte o suficiente para apoderar-se dele. Assim, no estado de natureza, os homens reiteram constantemente sua potência, analisando o que lhes é benéfico e direcionando seus esforços aos fins que favorecem sua existência.

Segundo a *Ética*, é quando cada homem procura o que é de máxima utilidade para si que todos se tornam, reciprocamente, de máxima utilidade uns para os outros. Efetivamente, quanto mais cada indivíduo busca o que lhe é útil e empenha-se em conservar-se, tanto mais virtude lhe é atribuída, ou, equivalente, maior potência possui para agir segundo as leis de sua natureza, isto é, para viver sob a direção da razão. Os homens concordam, em sua máxima expressão, quando vivem sob a condução da razão, de modo que serão de máxima utilidade uns para com os outros quando cada um buscar o que lhe é de máxima utilidade (E4P35C2).

Desse modo, a constituição de um Estado no qual os homens coabitam pode ser algo inerente à natureza humana, não sendo simplesmente a edificação de uma vontade livre que possuam, mas um bem que almejam, por considerá-lo útil para si e para os outros. Tal questão não se restringe a viver meticulosamente conforme a razão, mas também em harmonia

com os afetos, visto que a percepção do útil e a predileção por tudo que seja útil não pertencem estritamente ao campo da racionalidade ou do sensível. Essa é uma característica comum aos homens, pois, ao procurarem o que lhes é útil, esforçam-se por conservar seu ser e, na medida em que perseveram, maior será sua virtude e sua potência de agir. Portanto, ao supor que possa abdicar de seu poder, de sua potência em detrimento de outrem, o homem ilude-se ou é induzido ao erro, de tal modo que sua potência de agir fica condicionada por ideias inadequadas que limitam a capacidade da mente de compreender, tornando-o impotente perante as causas externas e adversas à sua natureza. Com seu *conatus* enfraquecido, os efeitos causados pelos afetos tristes são amplificados e, na medida em que não consegue conceber algo que afirme sua própria potência, a mente entristece-se progressivamente (E3P55). O homem, então, passa a fazer de si mesmo uma estimativa aquém da justa, recaindo novamente na humildade e no rebaixamento que favorecem a servidão que o medo e a esperança erigiram.

É neste ponto que a servidão religiosa e a civil convergem, originando uma terceira forma – a teocracia – que favorece a perpetuação de governos absolutos. Nesta configuração, a obediência a Deus equivale à deferência devida ao soberano, que é o líder escolhido pelo criador para governar, o avatar divino através do qual as divindades exercem seu poder sobre os meros mortais. Desobedecer às regras que compõem o contrato não é apenas ir contra a ordem do Estado, mas também transgredir a lei divina.

Nessa particular variação da servidão, a manipulação do medo e da esperança é tão refinada e sutil que muitos indivíduos se tornam incapazes de almejar algo além do que lhes é ofertado. Não se trata somente de uma questão de limitação ou exigência, mas do condicionamento que os acostuma a obedecer e a querer apenas o que lhes é concedido. Conformados com o seu lugar, entregam sua alma a Deus e o controle de seu corpo ao soberano. Qualquer noção de individualidade que possa desviar-lhes da fé ou perturbar o exercício de suas funções é imediatamente reprimida pelo próprio indivíduo ou por outrem, em razão do medo das consequências que tal atitude possa causar. Desse modo, sem duvidar, sem questionar e, por

vezes, sem pensar, prosseguem com suas vidas, temendo os castigos da ira divina e aguardando e suplicando por suas bênçãos. Vivem em constante temor de desagradar ao soberano e, com isso, ofender a Deus, mas sempre anseiam pelos bens resultantes de sua obediência, até que, inesperadamente, a fortuna mude sua direção de maneira implacável.

No prefácio do *Tratado Teológico-Político* (TTP), Spinoza reflete:

Se os homens pudessem, em todas as circunstâncias, decidir pelo seguro, ou se a fortuna se lhes mostrasse sempre favorável, jamais seriam vítimas de alguma superstição. Mas, como se encontram frequentemente perante tais dificuldades que não sabem que decisão hão-de tomar, e como os incertos benefícios da fortuna que desenfreadamente cobiçam os fazem oscilar, a maioria das vezes, entre a esperança e o medo, estão sempre prontos a acreditar seja no que for.” (TTP, prefácio).

A constante entre as formas de servidão, a fortuna, pode destruir qualquer tentativa de organizar o mundo através de ideias inadequadas, e até ser distorcida para tornar-se a “providência divina”, ou o conjunto dos desígnios divinos, insondáveis à simples compreensão humana. Alguns, dentre o vulgo, acreditam no livre-arbítrio, e com isso questionam a onisciência divina, o que torna a fortuna ainda mais aterradora.

Sem proteção contra tal força imprevisível, os homens deixam-se levar sem rumo, obedecendo a qualquer mandamento que lhes pareça útil, transformando em divindades aquilo que temem, e adorando fervorosamente seu algoz desconhecido (FEUERBACH, 1989, p.30). O futuro incerto alimenta o temor e, quando este medo se torna constante, a crença em algo melhor, a esperança de afastar os males e a possibilidade de um futuro cheio de benesses tornam os homens mais susceptíveis à superstição.

A teocracia revela uma complexa inter-relação entre fé, medo, esperança, poder e servidão. Em sua submissão a uma ordem que transcende a razão humana, os homens buscam encontrar sentido e segurança. O papel das figuras de poder, seja na forma do soberano civil ou de divindades, torna-se crucial na manutenção dessa ordem, e as variações na fortuna apenas intensificam a necessidade de submissão e

conformidade. Nesta dialética, as ideias de utilidade recíproca e potência individual são obscurecidas por crenças e desejos que fortalecem as correntes da servidão.

O Estado, quando permeado pela tirania e pelo dogmatismo religioso, está inexoravelmente destinado ao sofrimento. O equilíbrio delicado entre medo e esperança, necessário para governar, é uma sutileza que poucos alcançam, principalmente quando, intoxicados pelo poder, empenham-se mais em mantê-lo do que em assegurar a concórdia entre os cidadãos. Estes últimos, tomados pela inconstância da fortuna, sentem-se perdidos em relação ao curso de suas vidas, delegando essa decisão às mãos do líder civil ou, por extensão, a Deus, representado pelo soberano. Agora, o governante não detém apenas o domínio sobre o corpo de seus súditos, mas também sobre suas almas.

A vontade do soberano transforma-se no querer divino; suas leis tornam-se as ordens de Deus. Com seu trono assegurado por decreto celeste, governa como o filho predestinado e favorito da divindade, emergindo como senhor absoluto entre os homens. O soberano acumula os poderes civil, religioso e econômico, mas o mais importante, e talvez o mais pernicioso, é o poder sobre a vida daqueles que lhe servem. Essa sujeição não se dá por meio de um contrato social ou uma constituição, mas porque os súditos acreditam que tudo devem ao senhor, seja em termos de obediência, devoção ou até mesmo a própria vida.

Os cidadãos encontram-se aprisionados não apenas porque se habituaram a servir, mas também porque foram compelidos a esquecer as leis que regem sua natureza. Esta condição de servidão vai além de uma simples submissão física; ela penetra no âmago do ser, subjugando a mente e o espírito. A figura do soberano, erguida ao status de representante divino, torna-se um ícone inquestionável de autoridade, cujos mandatos se confundem com as ordens divinas. A fusão de poderes civis, religiosos e econômicos nas mãos de uma única entidade gera uma estrutura de controle quase intransponível, onde o questionamento e a dissidência são não apenas desencorajados, mas frequentemente punidos.

A tirania combinada com o dogmatismo religioso no governo de um Estado leva a uma

forma de servidão que transcende o físico, alcançando a alma e a consciência dos cidadãos. O desequilíbrio entre medo e esperança, exacerbado pela inconstância da fortuna, contribui para esse estado de subserviência, no qual os indivíduos sentem-se compelidos a submeter sua vontade, sua fé e até mesmo suas vidas ao soberano. Tal cenário pinta um quadro sombrio da governança, onde os princípios fundamentais da liberdade e da dignidade humana são ofuscados pela sedução do poder e pela manipulação da fé.

CONCLUSÃO

Neste artigo, explorou-se a ideia de servidão humana sob a perspectiva de Spinoza, dando ênfase aos conceitos de utilidade recíproca, afetos e interações sociais. Demonstrou-se como a relação entre o poder político e o religioso, articulada por intermédio da tirania, do dogmatismo e da teocracia, configura um cenário em que a servidão se estende além do controle físico, adentrando as esferas da alma e da consciência.

No contexto abordado, analisou-se a figura do soberano, imbuída de poderes divinos, que se transforma em um catalisador de um controle mais amplo e insidioso sobre os cidadãos. Investigou-se como a manipulação do medo e da esperança, assim como a invocação da fortuna ou da providência divina, servem como mecanismos habilmente empregados para moldar e direcionar a vontade popular. Discutiu-se a promessa de proteção divina, conjugada com o temor das consequências da ira celestial, mantendo os indivíduos em estado de subserviência.

A análise desta dinâmica exigiu um entendimento aprofundado das nuances da fé e do poder, e de como estes podem ser orquestrados para edificar uma ordem social favorável aos governantes, em detrimento da autonomia e liberdade dos governados. Ilustrou-se como a servidão religiosa e civil se amalgamam em uma teocracia, na qual o líder governa não somente como representante do povo, mas como encarnação divina, consolidando um controle quase totalitário.

Contudo, argumentou-se que essa forma de governança não será estável ou promissora. Estará predestinada ao sofrimento, uma vez que a delicadeza necessária para balancear o medo e a esperança é intrincada de ser alcan-

çada, especialmente quando o poder é exercido de maneira despótica e embriagante. A fortuna, sempre volátil, poderá alterar seu curso, e os frutos da obediência poderão dissipar-se, restando apenas o medo e a superstição.

Em síntese, o artigo delineou uma visão crítica e precavida sobre a confluência dos poderes religioso e civil, e a potencial perda de individualidade e liberdade que tal fusão poderá ocasionar. A reflexão conduziu-nos a uma certa compreensão da humanidade e da fragilidade da liberdade humana, quando confrontada pelas forças do medo, da esperança e do poder. Constituiu-se em um apelo à vigilância, à instrução e ao discernimento, a fim de que possamos identificar e resistir a tais manipulações e preservar a dignidade, a autonomia e o vigor do indivíduo em meio às complexas relações de poder que moldam nossa sociedade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Espinosa: uma filosofia da liberdade.** São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Logos).

FEUERBACH, Ludwig. **Preleções sobre a essência da religião.** Tradução e notas de José da Silva Brandão. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, Francisca Juliana Barros Sousa. **Esperança e liberdade na constituição do Estado em Benedictus de Spinoza.** Fortaleza: EdUECE, 2016.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado político.** Tradução, introdução e notas Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado teológico-político.** Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

